

1.24 • Conjuntura Internacional

SENEGAL, O CRESCIMENTO ACELERADO DAS INDÚSTRIAS EXTRATIVAS SOB A ÉGIDE DE MACKY SALL

Ricardo Falcão

Texto entregue em Setembro de 2019

COM UM CRESCIMENTO DE 6,8 % em 2018 (*World Bank*) e taxas superiores a 6% desde 2014, o Senegal está entre os países cujas economias mais cresceram nos últimos anos. Dos 15 milhões de habitantes, mais de 60% são jovens com menos de 25 anos e 40% com menos de 14 anos (CIA). O país é composto por 95,9% de muçulmanos e 47% da população vive em zonas urbanas (*World Bank*).

Representando de momento cerca de 1,9% do PIB senegalês e 35,5% das exportações, mas contribuindo apenas para 0,3% do emprego no país (ITIE, 2018) as indústrias extrativas estão longe de ser o setor mais importante de atividade económica. Porém, as recentes descobertas de petróleo e gás apontam para a possibilidade de crescimento considerável do setor, embora as expectativas sobre os benefícios desse crescimento não possam ser um dado adquirido, vistas as muitas debilidades institucionais, a desigualdade no acesso às infraestruturas, e as polémicas que assolam já o setor, ainda antes do começo da comercialização das matérias-primas.

A “criação” da atratividade económica

O ambicioso “Plano Senegal Emergente: trabalhar para o futuro” (PSE) foi publicado em 2014, ao longo do segundo ano do primeiro mandato do presidente Macky Sall, o quarto presidente da história do Senegal, país que chegará em 2020 aos 60 anos. Este plano inclui um diagnóstico, uma visão e orientações estratégicas, bem como planos de ação prioritários, tendo entrado na sua segunda fase em 2019, aquando da reeleição do atual presidente.

A atratividade económica do país é um dos importantes eixos do PSE e o investimento em infraestruturas é um dos aspetos mais visíveis na atual governação. O tipo de investimento é sintomático de uma orientação política que prioriza a captação de investimento estrangeiro para o desenvolvimento, através por exemplo da criação de Zonas de Atividade Económica Especiais (ZES), em Diamnadio e Diass. A legislação sobre estas zonas foi aprovada em 2017 e estabelece incentivos fiscais e isenções aduaneiras. A construção das ZES de Diamnadio e Diass ficou a cargo da *China Geology Overseas Construction Group* (CGCOC), e alinha-se com o crescimento das parcerias com a China, pois o interesse chinês na extensão da sua *Belt and Road Initiative* para a África Ocidental, faz do Senegal um parceiro relevante. Tal ficou claro em Julho de 2018 quando Xi Jinping começou a sua primeira visita à África Ocidental precisamente em Dakar.

Em Diass, em 2017, foi inaugurado o Aeroporto Internacional Blaise Diagne (AIBD), depois dos problemas com o *Saudi BinLadin Group* os trabalhos foram concluídos pelas sociedades anóni-

mas turcas *Summa* e *Limak*, e esta última ficaria com a concessão. O aeroporto liga-se a Dakar por via de uma autoestrada que serve igualmente as ZES de Diamnadio e Diass. A estes investimentos infraestruturais juntam-se outros como o TER (Comboio Expresso Regional) de Dakar-Diamnadio, inaugurado em Janeiro de 2019, e que verá um segundo troço ligar Diamnadio ao AIBD; e a autoestrada Ila Touba, financiada pela sociedade chinesa *China-Africa Business Council* ligando a cidade de Thiès à cidade de Touba, inaugurada em Dezembro de 2018.

“
A atratividade económica do país é um dos importantes eixos do PSE e o investimento em infraestruturas é um dos aspetos mais visíveis na atual governação.”

Estes investimentos infraestruturais inserem-se todos num quadro de criação de atratividade económica, apesar de o investimento em ‘grandes obras’ não ser suficiente para esconder os problemas graves nas infraestruturas urbanas, como a gestão do lixo e do saneamento, e rurais, como a inacessibilidade em meio rural a serviços básicos como saúde, educação, água e energia elétrica

Indústrias extrativas

O Senegal coloca o Governo no centro da gestão dos recursos naturais e os quadros jurídicos criados (novo Código Mineiro em 2016, novo Código Petrolífero em 2019) são instrumentos de reforço da centralidade do Estado (a partir de Dakar), e do seu poder, e, ao mesmo tempo, regimes de facilitação aos investidores. Os investimentos são considerados pelo prisma do interesse nacional, por oposição ao interesse regional e local, mesmo havendo uma regionalização administrativa. Apesar de nos últimos anos ter crescido um otimismo sobre o potencial futuro das indústrias extrativas no país, devido sobretudo ao petróleo e gás, um relatório de 2017 publicado pela ITIE (Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extrativas) mostra que à extração mineira correspondem ainda 89,2% dos lucros do setor, sendo as receitas mais importantes as do ouro, fosfatos, zircão e cimento. Este cenário mudará com toda a probabilidade entre 2021/23, quando a comercialização do petróleo e do gás começar.

Na maior parte dos investimentos levantam-se preocupações ambientais fundamentais, e determinantes por vezes, que opõem o Governo

do Senegal e as populações locais. A abordagem do Governo apesar de centralista, e ocupada com o interesse nacional, não é completamente hostil, procurando encetar negociações que visam a debelar os problemas introduzidos. Porém, o ambiente relativamente amigável para os investidores pode ser contraditório com o interesse das populações, como no caso de Niafrang, na Casamança, onde estas se organizaram na recusa à exploração do zircão. Existem ainda receios em torno dos conflitos entre a produção agrícola, o setor mais importante do país para uma percentagem considerável da população, e a extração, tal como sobre o impacto nos eco-sistemas costeiros e marítimos e modo de vida das populações locais, como por exemplo em Bargny, dependentes ainda de atividades ditas ‘tradicionais’ contra as quais corre a ocupação das terras em regime extrativo.

O Ouro é explorado na zona de Kédougou desde há séculos, pelos *orpailleurs* tradicionais Mandinga, mas só em 2009 foi criada a primeira exploração industrial do minério, sendo atualmente a indústria extrativa mais lucrativa a funcionar no país (cerca de 260 milhões de EUR em 2017). O maior ator é a *Teranga Gold Corporation* a operar na localidade de *Sabodala*. Duas outras licenças foram atribuídas na mesma região, em 2018, a outras empresas.

A exploração dos fosfatos começou na segunda metade dos anos 50 pela Companhia Senegalesa dos Fosfatos de *Taïba*, e posteriormente nos anos 90 pela Indústrias Químicas do Senegal que, em 2012, foram compradas pela indiana *Indorama*, na sequência de quedas consideráveis na produção. Esta exploração situa-se sobretudo na zona de *Thiès*, conhecida como *Niayes*, zona estratégica na produção agrícola do país.

Um dos maiores investimentos estrangeiros no Senegal (420 milhões de euros), foi feito na exploração do Zircão e da Ilmenite pela australiana *Mineral Deposits Limited* – ligada à *Teranga Gold* a operar em *Kédougou* – que lidera a *Grand Côte Opération*, ao lado da francesa *Eramet*. A concessão foi estabelecida em 2007, com a duração de 25 anos, e a exploração faz-se ao longo da costa ao Norte de Dakar, numa extensão de 107 Kms de comprimento e 4,5 de largura. Uma segunda exploração foi tentada, desta vez a sul, na região de Casamança, localidade de Niafrang, mas a oposição da população impediu que o projeto da *Carnegie/Astron*, também australiana, avançasse. O distrito de Falême, onde se pretende situar a indústria do ferro, consiste numa cintura de 65 Kms de comprimento por 15 Kms de largura e situa-se entre o Senegal e o Mali. A parte senegalesa foi explorada entre 1957 e 1958, e depois entre 1966 e 1968, e 1975 e 1982. Em 2007 a empresa indiana *ArcelorMittal* ganhou uma licença para exploração mineira em *Falême*, uma

BREVE CRONOLOGIA DA EXPLORAÇÃO PETROLÍFERA E GAZÍFERA NO SENEGAL	
1986	Acordo com a Tullow Oil Plc.
1993	Assinatura de acordo com a Guiné-Bissau para a Zona de Exploração Conjunta (ZEC).
1998	Código Petrolífero aprovado pelo presidente Abdou Diouf.
2008	Oranto começa a exploração do bloco Cayar Offshore.
2012	Cayar Offshore Profond e Saint Louis Offshore Profond atribuídos a Petrotim Limited pelo Ministro da Energia Karim Wade (90% Petrotim / 10% Petrosen). Meses depois, o novo presidente Macky Sall confirma os contratos. A empresa, Petrotim estabelece uma filial no Senegal, Petrotim Senegal, sendo o seu diretor executivo Aliou Sall, irmão de Macky Sall.
2013	O Senegal junta-se à ITIE (Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extrativas). Cairn Energy obtém licença nos três blocos Sangomar Offshore, Sangomar Deep Offshore, Rufisque Offshore.
2014	A CAP Energy adquire uma percentagem da licença de exploração do bloco Djiffere em parceria com a Trace Atlantic Oil Limited. FAR Limited e Woodside entram numa Joint Venture com Cairn Energy (exploração e avaliação dos campos SNE, SNE-1 e FAN-1). Timis Corporation adquire os direitos sobre Cayar Offshore e Saint Louis Offshore à Petrotim e revende dois meses depois 60% à Kosmos Energy (campo Grand Tortue).
2015	Oranto começa a explorar segundo bloco em Saint Louis Offshore. Timis Corp vende os restantes 30% de direitos sobre Cayar e Saint Louis Offshore à BP.
2017	Assinatura de Contrato entre o Estado Senegalês e a TOTAL, para a exploração do bloco UltraDeep Offshore, ao largo da Casamance. A China National Oil Offshore Corporation (CNOOC) adquire 65% direitos no bloco AGC, entre a Guiné-Bissau e Senegal.
2018	Decisão final de investimento de BP/Kosmos para a Grand Tortue. Acordo com a Mauritânia para a exploração do campo Grand Tortue.
2019	Novo Código Petrolífero. Decisão final de Investimento de Woodside.
2021-2023	Datas previstas por Woodside/Cairn/FAR e BP/Kosmos para a comercialização do Petróleo e Gás respetivamente.

localidade na região de Tambacounda, perto da fronteira de Kidira com o Mali. No entanto, a empresa retirou-se da exploração daquele que seria o mais importante projeto industrial da história do país (1,66 mil milhões de euros, 20,000 empregos) devido à quebra da procura do aço na Europa, em consequência da crise de 2008. O Estado senegalês iniciou um processo na justiça que acabaria com uma decisão em seu favor em 2013 e um pagamento de uma indemnização. A indemnização de 110 milhões de euros, acordada amigavelmente, foi considerada irrisória pelos opositores políticos. Já em 2018, a sociedade turca Tösyali viu em ser-lhe atribuída uma licença de exploração mineira no mesmo território, por uma duração de 25 anos, estando atualmente este contrato igualmente envolvido numa polémica lançada pela oposição.

Petróleo e Gás Natural

O momento da grande mudança no panorama da extração petrolífera e gazífera no Senegal aconteceu em 2014, com duas grandes descobertas em *offshore*. Porém, o primeiro Código Petrolífero no Senegal data de 1998 e as primeiras explorações datam dos anos 60, e aconteceram igualmente nos anos 80 e 90, intensificando-se, tanto *onsbore* (bloco de Louga) como *offshore*, a partir do virar do milénio. O Código de 1998 foi substituído em 2019 por uma nova versão que leva em conta os achados, mas se mantém “amigável” para a indústria e é visto como criador de um ambiente favorável para o investimento. Esse ambiente é reforçado pela reconhecida capacidade técnica da empresa estatal *Petrosen*, parceira obrigatória em todos os investimentos.

Quanto à exploração são duas as concessões que têm no horizonte a comercialização. No gás, os blocos *Saint Louis Offshore Profond* e *Cayar*

Offshore Profond são explorados pela Kosmos Energy (60%), BP (30%) e Petrosen (10%) e têm data prevista de comercialização em 2021. Relativamente ao Petróleo, as explorações das concessões *Sangomar Offshore*, *Sangomar Offshore Profond* e *Rufisque Offshore* pelas empresas *Woodside* (35%), *Cairn Energy* (40%), *FAR Limited* (15%) e também *Petrosen* (10%) tem data prevista de comercialização em 2022/3. De assinalar ainda as avaliações e primeiras explorações em curso noutros blocos, por empresas como a *Oranto*, *Trace Atlantic Oil* e *Africa Petroleum*, a CNOOC, e a assinatura de um contrato com a *Total*.

Já em 2019, uma polémica veio abalar este emergente setor introduzindo graves suspeitas em torno de familiares do presidente. O caso começou a ter visibilidade com a publicação por parte da BBC-Panorama de um documentário com alegações várias envolvendo Aliou Sall, irmão de Macky Sall, à data *Maire* de Guédiawaye, e um empresário romeno-australiano Frank Timis, relativas aos contratos de exploração das concessões *offshore* de Cayar e Saint Louis, datados de 2012, com a empresa *Petrotim Limited*. A empresa em questão, sediada nas ilhas Caimão, terá ganho o contrato sem qualquer experiência no ramo da exploração petrolífera e criaria pouco depois a Petrotim Senegal, que viria a ser administrada por Aliou Sall. Em 2014 a Petrotim alienará os direitos de exploração, vendendo-os à Timis Corporation, que dois meses depois venderia 60% à empresa americana Kosmos Energy e três anos mais tarde os restantes 30% à BP, ficando agora a Timis Corporation com direitos a receber cerca de 10 mil milhões de dólares de comissões, por parte da BP, no espaço de 40 anos.

O caso Petrotim é relevante não apenas pelos indícios de corrupção, mas sobretudo pelo impacto que teve na esfera pública e pela possível

futura instrumentalização política do assunto. O caso teve igualmente influência em relação à confiança dos senegaleses relativamente à gestão transparente dos recursos naturais do país, que tinha sido objeto de análise, em 2017, por parte do Afrobarómetro, que concluiu que 83% da população considerava que as descobertas de gás e petróleo ajudariam ao desenvolvimento do país. Uma outra polémica, sem grande impacto na esfera pública respeita o acordo, assinado em 1993 com a Guiné-Bissau, sobre uma zona de exploração conjunta (ZEC), denunciado pelo presidente guineense João Mário Vaz em 2014, como usurário e injusto, respondendo a pressões internas. Em 2018 realizava-se em Dakar a terceira ronda negocial, ainda sem resultados definitivos. Em sentido oposto, em Junho de 2018 oficializou-se o Acordo de Cooperação inter-Estados, com vista ao desenvolvimento e exploração dos reservatórios do campo Grand Tortue/Ahmeyim, de cerca de 560 milhões de metros cúbicos de hidrocarbonetos, entre o Senegal e a República Islâmica da Mauritânia. ■

Bibliografia geral

- d'Avignon, Robyn. 2018. “Shelf Projects: the political Life of Exploration Geology in Senegal”, *Engaging Science, Technology, and Society*, 4(2018), pp. 111-130
- Diouf, Aly et Guo Kai. 2018. “Le Sénégal voit grand avec les ZES”, Retrieved at http://www.chinafricque.com/Afrique/201802/t20180211_800117603.html
- Fent, Ashley. 2019. “Governing alongside: lateral state spatiality and unmet expectations amid mining negotiations in Casamance, Senegal”, *American Ethnologist*, Vol. 46, N°1, pp. 20-33
- Fredericks, Rosalind. 2018. “Garbage Citizenship”, Duke University Press, Durham and London
- Iniciative pour la Transparence dans les Industries Extractives, 2018. “Rapport 2017”, disponível em <http://itie.sn/2018/11/19/rapport-itie-2017-hausse-des-revenus-generes-par-le-secteur-extractif/>
- Ndao, Fary. 2018. “L’or noir du Sénégal: comprendre l’industrie pétrolière et ses enjeux au Sénégal”, Copyright do autor
- Sall, Babaly et Jamet Sow. 2019. “Au Sénégal, les ressources souterraines suscitent de l’espoir et des inquiétudes”, *Afrobarameter*, Dépêche N°299, 20 Mai 2019
- Sharife, Khadija and Momar Dieng. 2019. “Senegal’s Offshore Oil Reserves a Pricey Pawn in Covert Deal”, Retrieved at <https://www.occrp.org/en/investigations/senegals-offshore-oil-reserves-a-pricey-pawn-in-covert-deal>
- Sheehan, Gerry. 2015. “That’s not a very prospective basin ...”, *GEO ExPo*, Vol.12, N°5
- Unidentified, 2019. “An oily threat to Sall”, *Africa Confidential*, Vol. 60. N°12.